



PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

## GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 733/2018

Caaporã em 17 de Abril de 2018.

DEFINE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, O VALOR PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPV), NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a egrégia Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Ficam definido no âmbito do Município de Caaporã, suas autarquias e fundações, como obrigações de pequeno valor que aludem os §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, os créditos oriundos de decisão judicial transitada em julgado, cujos pagamentos serão realizados pela Fazenda Pública Municipal sem expedição de precatório.

**Parágrafo Único:** São consideradas de pequeno valor as obrigações e pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, que tenham valor igual ou inferior ao maior benefício do Regime Geral da Previdência Social, cujo valor atual é de R\$ 5.645,80 (cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

**Art. 2º** – A obrigação de pequeno valor expedida pelo juízo da execução de que trata esta Lei deverá ser paga mediante depósito judicial, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data em que for protocolada perante o órgão competente, observada a ordem cronológica própria.

**Art. 3º** – São vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução para que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no art. 2º desta Lei e, em parte, com a expedição de precatório.

**Art. 4º** – Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º desta Lei, o pagamento será realizado por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Caaporã, 17 de Abril 2018

  
CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO  
Prefeito

PREFEITURA DE  
**CAAPORÃ**  
*construindo uma nova história*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ - PB  
CNPJ 08.055.540/0001-64  
RUA SALOMÃO YELSON, 20 - CENTRO, CAAPORÃ - PB 58120-000